

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Leilão da cessão onerosa pode ser definido na semana que vem	2
Título: ANP espera decisão do Cade sobre refinarias da Petrobras.....	3
Título: Governo retomará projeto para testar gás não convencional no país	5
Título: Acordo da Vale em Minas envolve 100 mil pessoas e R\$ 800 milhões	7
Título: Arcelor indeniza famílias desalojadas em MG	10
Título: Destaques	11
Título: Negócio entre Chevron e PetroRio avança no Cade	12
Título: 'Nova' Suzano mira sinergias e já discute opções de crescimento	13
Título: CSN vai aumentar preço do aço em até 15% em março	15
Título: Gerdau vira a chave e vai investir R\$ 7 bilhões	16
Título: Grupo Ultra inicia 2019 sob desafio da retomada	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Vale enfrenta 3ª ação coletiva nos EUA.....	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Procuradoria tentou prender diretor da Vale.....	20
VEÍCULO: O Globo	22
Título: A difícil crise da Venezuela.....	22
Título: Sempre se dá um jeitinho	24
Título: Lama de Brumadinho ameaça Rio São Francisco	24
Título: Guerra da ajuda	26
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	29
Título: Alta do GNV ameaça setor de conversão veicular	29

Título: Estados buscam incentivar uso do gás	30
Título: CEB e Caesb na mira da privatização	31
Título: A lama do esquecimento	34

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilão da cessão onerosa pode ser definido na semana que vem

O governo pode bater o martelo na próxima semana sobre a realização neste ano do megaleilão do excedente da cessão onerosa, que tem potencial para render até R\$ 100 bilhões para os cofres públicos. Segundo **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, o formato da revisão do acordo da cessão onerosa com a Petrobras será apresentado ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em reunião na próxima quinta-feira. Se tudo correr como previsto, o governo poderá anunciar já na próxima semana a realização do leilão para o último trimestre deste ano.

"No dia 28 de fevereiro, vamos ter uma reunião do CNPE e a expectativa é que nessa reunião a gente já tenha equacionado essa questão da revisão do contrato com a Petrobras", afirmou ontem o ministro a jornalistas, após participar de evento promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio. "Espero que, nessa reunião, a gente confirme o leilão a ser realizado no último trimestre de 2019", completou ele.

No encontro da próxima semana, também serão apresentados valores propostos para o pagamento à Petrobras, referentes à revisão do contrato da cessão onerosa. Mas a definição dos valores, explicou o ministro, deve ocorrer apenas em uma nova reunião do CNPE, provavelmente no fim de março.

"O valor que a Petrobras tem que receber ainda está sendo discutido. Esse número acredito que a gente vai chegar nele no fim de março", afirmou o ministro. "Isso vai ser apresentado no dia 28. Se o conselho aprovar, nós vamos marcar outra reunião e aí certamente chegaremos ao formato final e aos números."

A questão dos valores e da forma de pagamento para a Petrobras (se será em barril de petróleo ou em dinheiro) é complexa e demanda a participação de outros agentes do governo, de acordo com o ministro. "Estamos discutindo tudo isso. Não é só o Ministério de Minas e Energia. É o Ministério da Economia, é o TCU e a Petrobras, que é a maior interessada. E é com ela que se dá a revisão do contrato [da cessão onerosa]. E a própria Advocacia-Geral da União está participando para que a gente tenha um modelo que seja juridicamente perfeito, não seja contestado e não ultrapasse nenhum dos limites que nós temos, sejam eles fiscal, sejam de valores a receber".

Com relação ao leilão do excedente da cessão onerosa, Albuquerque explicou que a licitação deve seguir modelos já utilizados pelo governo. A Petrobras, contou, terá possibilidade de exercer direito de preferência nas áreas.

Questionado sobre a privatização da Eletrobras, o ministro afirmou: "Não estamos falando de privatização da Eletrobras. Estamos falando de capitalização dela". Com isso, sinalizou que não está garantido que o processo de capitalização necessariamente resultará na desestatização da companhia.

Ele contou que a capitalização pode ocorrer em 2019, mas que tudo dependerá da definição do modelo, o que ainda está em andamento, e das prioridades do governo. "Pode [ser feita a capitalização neste ano], se for possível, se alcançarmos esse modelo. Agora o governo tem prioridade. E a prioridade no momento é a Previdência", afirmou. "Tão logo se tenha a modelagem disso [capitalização], a gente vai implementar as ações. Sem ter esse modelo, não posso dizer quando isso será realizado."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ANP espera decisão do Cade sobre refinarias da Petrobras

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) espera que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decida ainda neste ano sobre a obrigatoriedade de a Petrobras vender ativos de refino no Brasil. No fim do ano passado, provocado pela ANP, o órgão de defesa da concorrência

divulgou estudo preliminar em que indicava que a estatal, dona de 98% do mercado de refino do país, deveria se desfazer de refinarias, inclusive no Sudeste. O documento, porém, não tinha caráter obrigatório.

"Esse estudo preliminar do Cade não tem efeito obrigatório. Eles abriram uma investigação. E essa investigação que está sendo conduzida por eles vai chegar a uma conclusão que, sim, poderá ter efeito obrigatório", disse ontem o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em evento no Rio. Ele contou que aproveitará reunião de trabalho prevista para hoje com o Cade para perguntar sobre o andamento da investigação.

O diretor da ANP também comentou que o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) vendido pela Petrobras nas refinarias está acima da paridade internacional. "A Petrobras hoje está vendendo GLP a R\$ 25 o botijão de 13 kg. A [empresa de informações] Platts está dizendo que o preço de paridade atual é R\$ 19,70", disse Oddone. "Os números atuais indicam que a paridade não está tão próxima no GLP".

Segundo o diretor, com relação aos preços da gasolina e do diesel, a Petrobras está praticando valores em linha com a paridade internacional. Ele destacou que essas comparações de preços só são possíveis com a transparência de preços que é disponibilizada para a sociedade hoje.

Na área de exploração e produção, Oddone afirmou que a Petrobras pretende revisitar parte de seus campos maduros para uma possível venda. "[Roberto] Castello Branco me disse que vai revisitar este assunto", disse, em referência ao presidente da estatal.

Em outubro do ano passado, a ANP questionou a Petrobras sobre a decisão de investimento em cerca de 250 campos maduros terrestres e em águas rasas. Posteriormente, a estatal informou à agência que cerca de 70% dessas áreas serão colocadas à venda. A companhia deverá investir nos 30% de áreas restantes e ficou de apresentar à ANP o plano de investimentos para esses ativos. É essa parcela de 30% dos ativos que deverá ser revisitada pela petroleira, explicou ele.

Com relação à oferta permanente, Oddone admitiu que o programa está avançando em ritmo menor do que o esperado. Segundo ele, das cerca de 2 mil áreas previstas para serem incluídas na iniciativa, apenas 158 estão disponíveis para o mercado. Ele contou que o Ibama está analisando os ativos e deverá liberar, nas próximas semanas, um grupo de 400 blocos.

Presente ao evento, o diretor da ANP Aurélio Amaral, disse que a agência deve reconfigurar o tamanho de alguns blocos nas bacias de Campos e Santos que

serão ofertados na 16ª Rodada de Licitações, prevista para o segundo semestre. O tema será tratado na reunião de hoje da diretoria da ANP.

Segundo o diretor, na prática, a ideia é basicamente reduzir a área de alguns blocos, que estão extrapolando as 200 milhas marítimas brasileiras, ou parte do polígono do pré-sal ou parte de blocos já licitados no passado. "A rigor isso não precisa de autorização do CNPE [Conselho Nacional de Política Energética], porque não estamos incluindo área nova. Estamos só reconfigurando o que já está autorizado."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Governo retomará projeto para testar gás não convencional no país

O governo tentará desengavetar novamente neste ano um projeto piloto para testar o uso do fraturamento hidráulico, técnica de exploração não convencional de gás natural bastante difundida nos Estados Unidos, mas contestada por ambientalistas e proibida em uma série de Estados e municípios do país. Encabeçado pelo **Ministério de Minas e Energia** ainda no governo Michel Temer, o projeto esfriou ao longo do ano passado, mas uma fonte do governo afirmou que o assunto continua sendo trabalhado internamente na pasta e que a intenção é tentar viabilizar a iniciativa ainda em 2019.

Ontem, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, saiu em defesa da proposta e disse que o Brasil precisa desconstruir alguns mitos sobre o assunto. O incentivo à exploração não convencional de gás por pequenos produtores era uma das propostas do plano de governo apresentado por Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral no ano passado.

O **Valor** apurou que uma das alternativas que vinham sendo avaliadas ainda na gestão Temer era financiar o projeto com os recursos da cláusula de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que obriga petroleiras que operam os campos mais lucrativos a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Segundo a fonte, a proposta esfriou porque as empresas querem ter garantias de que terão licenças ambientais para produzir eventuais descobertas. Na prática, a iniciativa privada fica desestimulada a investir num teste, se não poderá produzir no futuro. O governo trabalha então em soluções para contornar o impasse.

Na Bahia e no Paraná, por exemplo, o uso do fraturamento hidráulico está suspenso por força de liminares concedidas pela Justiça Federal, "enquanto não

houver prévia regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)". Na Bacia de Sergipe-Alagoas, o Tribunal Federal da 5ª Região derrubou uma liminar semelhante, em 2018, mas a resistência ao fraturamento se alastrou por centenas de projetos de leis que proíbem o uso da técnica na esfera municipal.

O fraturamento hidráulico (ou "fracking", em inglês) é uma técnica que injeta fluidos - geralmente água - em alta pressão no poço para fraturar rochas. Esse tipo de exploração é contestado por ambientalistas que defendem que o "fracking" consome enormes quantidades de água e pode levar à contaminação de lençóis subterrâneos, por meio do uso de produtos químicos no processo.

Em 2013, no mesmo ano em que a ANP realizou a 12ª Rodada de concessões, com áreas com potencial para a exploração não convencional, foi fundada a Coalização Não Fracking Brasil (Coesus), um grupo de ambientalistas, cientistas e gestores públicos contrários a esse tipo de exploração. Oddone defendeu, no entanto, que os reais riscos associados ao uso da técnica de fraturamento hidráulico precisam ser melhor debatidos.

"Essa prática já foi feita 700 mil vezes nos Estados Unidos. Será que não há maneiras de mitigarmos os riscos? Recuso-me a acreditar nisso", disse. "É claro que existe forma de fazer [a perfuração] de forma responsável e séria", complementou o diretor, durante lançamento de um estudo da FGV Energia sobre o gás de xisto ("shale gas") no Brasil.

O caderno faz algumas recomendações para o desenvolvimento do gás de xisto no Brasil, dentre as quais a redução de royalties para projetos não convencionais (mais custosos que o convencional) e a elaboração de uma estratégia de comunicação coordenada para tentar desmistificar o assunto perante a opinião pública. A pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado, destaca que o projeto piloto é fundamental nesse sentido.

Questionada se a tragédia ambiental da Vale em Brumadinho (MG) pode suscitar novos questionamentos ao "fracking", Delgado reconhece que existe um desafio de comunicação com a sociedade, mas que a indústria de gás e de mineração possuem naturezas diferentes e que existem tecnologias para mitigar a exploração não convencional.

"[O piloto] Vai nos permitir olhar não só para a economicidade [da exploração não convencional], mas também ambiental. Será uma prova dos nove para ver se é viável. Já existem hoje soluções tecnológicas suficientes para mitigar riscos. Falta material de análise", comentou.

A ex-diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, consultora da FGV, por sua vez, destaca a importância de investimentos públicos para o desenvolvimento da indústria de gás de xisto no Brasil.

"O Estado brasileiro precisa se comprometer a levantar dados geofísicos sobre as bacias até o ponto necessário o suficiente para atrair a iniciativa privada... Precisamos ter mais sísmica e poços públicos, mais estudos nas bacias sedimentares brasileiras", disse, ao apresentar o estudo.

Durante o evento, o gerente de Exploração da Eneva, Frederico Miranda, disse que, se confirmadas descobertas de recursos não convencionais, no Brasil, o caminho natural seria o uso dessas reservas para geração de energia em termelétricas instaladas na cabeça dos poços, a exemplo do modelo que a companhia utiliza hoje na Bacia do Parnaíba.

"Um dos maiores gargalos [para monetização do gás no Brasil] é a infraestrutura [devido à falta de gasodutos no interior do país]. Caso houvesse uma produção [não convencional no Brasil], seria para geração de energia na cabeça do poço", disse ele, ressaltando que a Eneva está dedicada, neste momento, à exploração somente de recursos convencionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Acordo da Vale em Minas envolve 100 mil pessoas e R\$ 800 milhões

Passadas quatro semanas do rompimento da barragem I da mina de Córrego de Feijão, em Brumadinho (MG), a mineradora Vale está sendo conduzida em suas operações por 150 gerentes-executivos. De acordo com pessoas próximas à companhia, a alta liderança da empresa, incluindo a diretoria-executiva e o conselho de administração, delegou a esses profissionais as tarefas do dia-a-dia e está dedicada exclusivamente aos desdobramentos da tragédia de Brumadinho, ciente de que desse esforço depende o futuro da companhia. Até ontem, havia 176 mortes confirmadas e 134 desaparecidos, bem como danos ainda não totalmente dimensionados ao rio Paraopeba.

Além do presidente, Fábio Schvartsman, a empresa tem oito diretores-executivos, seis dos quais levados por ele após assumir o comando em maio de 2017.

O corpo de executivos tem dois objetivos imediatos: dar andamento à ajuda humanitária aos atingidos pelo desastre sócio-ambiental e avançar nas investigações sobre o que provocou o desastre. Há duas frentes de investigação

correndo em paralelo dentro da mineradora: um comitê interno de apuração conduzido pela ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, e outra que tem à frente o escritório de advocacia americano Skadden, que selecionou um grupo de quatro peritos para fornecer uma avaliação sobre as causas técnicas do colapso da barragem.

O **Valor** apurou que cerca de 100 mil pessoas deverão ser alcançadas pelo Termo de Acordo Preliminar (TAP) assinado pela mineradora com autoridades na quarta-feira. Essas pessoas receberão um valor mensal ao longo de um ano, totalizando desembolso de cerca de R\$ 800 milhões para a mineradora. O acordo visa a antecipação dos pagamentos de indenizações emergenciais a pessoas atingidas em Brumadinho e em comunidades localizadas a até um quilômetro de distância do leito do rio Paraopeba. O entendimento firmado atinge uma extensão de mais de 50 quilômetros de Brumadinho até a cidade de Pompéu, na represa de Retiro Baixo.

Uma vez estabelecidos os termos do acordo entre todos os participantes envolvidos na discussão em uma audiência no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na tarde de quarta, o conselho de administração da Vale, que se encontrava reunido, levou cerca de 30 minutos para analisar a proposta e aprovar os valores. A avaliação interna é que, com esse acordo preliminar, a Vale ganha 12 meses para negociar com as famílias das vítimas os termos definitivos das indenizações. O acordo foi firmado com a Advocacia Geral e o Ministério Público de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, além de representantes dos atingidos.

Mineradora trabalha com quatro linhas de defesa para se contrapor à avaliação que não soube gerir o risco

Frente às acusações de que não soube gerir riscos que poderiam ter evitado o desastre em Brumadinho, a mineradora tem sustentado que, desde a tragédia de Mariana, passou a operar com quatro camadas de segurança na área de barragens, reconhecidamente uma atividade de altíssimo risco. São elas: uma área própria de geotécnica operacional; auditorias externas de barragens; uma área de gestão de riscos corporativos que inclui um comitê-executivo ligado à diretoria e outro ao conselho de administração; por fim, a empresa tem um time de auditoria interna.

Até agora, a direção da mineradora ainda não identificou o que fez com que a estrutura viesse abaixo, mas já tem uma certeza: o maciço de rejeitos sofreu uma liquefação. A conclusão inequívoca, que coincide com o que já apontaram alguns especialistas, foi tirada a partir da imagem que mostra o momento exato da ruptura da barragem. Também existe a convicção de que houve algum tipo

de falha técnica nos procedimentos adotados pela mineradora, ou o rompimento não teria ocorrido.

Especialistas em mineração têm dito que uma barragem não rompe sem antes emitir algum sinal. Perante autoridades e também internamente, diretores da empresa sustentam que não houve qualquer sinal visível de que a barragem tinha problemas. Descartam ainda a tese de conluio de geotécnicos internos e externos que, supostamente, saberiam dos problemas da barragem e não teriam tomado as medidas necessárias. Hoje completa-se uma semana que oito funcionários dos níveis técnicos da mineradora foram presos.

Fontes da Vale dizem que a Tüv Süd, responsável pela auditoria de Brumadinho, fez a última visita em 23 de janeiro à barragem, dois dias antes da tragédia, no dia 25 de janeiro. A auditoria alemã emitiu um relatório dizendo que a barragem estava em conformidade, embora tenha feito uma série de recomendações consideradas de rotina nestes casos pela mineradora.

Em outubro de 2018, um painel de especialistas também havia visitado Brumadinho e, ao final, emitiu um relatório atestando que a barragem era bem mantida e não oferecia risco desde que a mineradora continuasse tomando as medidas de segurança e manutenção necessárias. Os técnicos, entre os quais havia renomados especialistas, fizeram uma foto, ao pé da barragem, no dia da inspeção. Para os executivos da Vale, a imagem é um atestado de que os técnicos não enxergavam riscos.

Quase um mês após a tragédia, municípios de MG que abrigam barragens vivem uma situação de pânico

Construída em 1976 pela alemã Ferteco, empresa adquirida pela Vale no começo dos anos 2000, a barragem I da mina de Córrego de Feijão estava inativa desde 2015. Naquele ano, a Vale entrou com pedido de licença no órgão ambiental de Minas Gerais para fechar a barragem, solicitação que só foi concedida no fim do ano passado. O plano da Vale era separar o resíduo de minério de ferro e colocar o rejeito sólido em uma cava. Tal separação, segundo fontes ligadas à empresa, não tinha propósito econômico, mas visava reduzir o volume do rejeito para que ele coubesse na cava.

Quase um mês depois da tragédia de Minas Gerais, municípios do Estado que abrigam barragens de mineração vivem uma situação de pânico e confusão. Na quarta-feira, a Vale removeu 125 pessoas que vivem próximas a cinco barragens: Vargem Grande, do Complexo Vargem Grande, em Nova Lima; e Forquilha I, II e III e Grupo, na Mina Fábrica, em Ouro Preto (MG). Antes, no dia 16, a empresa já tinha evacuado cerca de 200 pessoas em Nova Lima, envolvendo riscos associados à barragem da mina de Mar Azul.

Para fontes da Vale, a remoção dessas pessoas é consequência direta de regras mais rígidas de certificação dos reservatórios que acabaram de ser aprovadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A agência criou um novo fator de segurança para definir que as barragens estão estáveis, mas o problema é que as auditorias externas contratadas pela Vale para inspecionar as barragens não aceitam emitir laudos com base nesses novos critérios.

Ao não dispor desses laudos, a Vale e outras empresas precisam comunicar as autoridades, como a Defesa Civil, e acionar planos de evacuação das pessoas que moram em comunidades próximas das barragens. Essas medidas têm provocado fechamento de estradas, realocação de pessoas em hotéis e gerado pânico em municípios de Minas Gerais. "A credibilidade da Vale para questionar essa mudança de critério da ANM, neste momento, é zero", disse uma fonte próxima à empresa. Na busca de evitar repetições do caso Brumadinho, a Vale já anunciou que vai acelerar a desativação de dez barragens a montante em três anos, o que exigirá investimentos de R\$ 5 bilhões e irá significar o corte de 40 milhões de toneladas ao ano na produção de minério de ferro da empresa.

Ao mesmo tempo, vai avançar com novas tecnologias. Além do processamento e compactação do rejeito a seco, vai expandir sistema de concentração do minério sem uso de água. Atualmente, 60% do beneficiamento do minério já é feito a seco, ante 40% em 2015, ano do rompimento da barragem de Mariana.

A companhia mantém a intenção de divulgar o balanço financeiro de 2018 no dia 27 de março, mas foi tomada a decisão de não se realizar a tradicional teleconferência sobre os resultados com analistas de bancos que acompanham a empresa. A avaliação é de que não haverá ainda respostas para as muitas perguntas que serão feitas sobre o caso Brumadinho e que, diante da tragédia, não faz sentido comentar sobre resultados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Arcelor indeniza famílias desalojadas em MG

A siderúrgica ArcelorMittal anunciou ontem que pagará, por um ano, o valor equivalente a um salário mínimo para cada família que tenha sido desalojada na cidade de Itatiaiuçu, na região central de Minas Gerais. As pessoas deixaram suas casas em uma operação de evacuação realizada pela mineradora há quase duas semanas.

A retirada das famílias foi uma ação preventiva relacionada a um aumento do risco de queda de uma barragem de rejeitos da empresa na cidade.

O acordo foi firmado com representantes das famílias afetadas pela ação e com representantes do Ministério Público Federal e Estadual. O documento inclui aspectos humanitários, ambientais e técnicos.

Segundo a companhia, o salário mínimo será pago para cada núcleo familiar que tenha sido desalojado ou para cada pessoa que tenha perdido sua fonte de renda principal. Pessoas que não morem na região, mas que sejam donas de terras ali, terão direito a esse valor.

A Arcelor também se comprometeu a pagar o valor correspondente a uma cesta básica para as famílias atingidas. Além da ajuda mensal ao longo dos próximos 12 meses, o acordo prevê que a companhia pagará a cada núcleo familiar uma parcela de R\$ 5 mil para ajudar em gastos emergenciais.

No dia 8 deste mês, a Arcelor retirou cerca de 200 pessoas de uma área de Itatiaiuçu que fica a cinco quilômetros da barragem de rejeitos da mina de Serra Azul.

A companhia informou que a decisão ocorreu após auditoria independente, responsável pela declaração de estabilidade da barragem, revisar seu último relatório e adotar para a estrutura um fator de segurança mais restritivo.

A retirada dos moradores ocorreu dias depois da queda da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, pertencente à mineradora Vale e localizada na cidade de Brumadinho, também em Minas Gerais. A tragédia envolvendo a Vale aconteceu no dia 25 de janeiro e os trabalhos ainda não foram encerrados. Até ontem foram confirmados 176 mortos e 134 pessoas ainda estavam desaparecidas.

A Vale anunciou, na noite de quarta-feira, acordo firmado com o Ministério Público na Justiça de Minas que prevê pagamento emergencial equivalente a um salário mínimo para as famílias atingidas pela tragédia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério cai 1,5%

Os preços do minério de ferro mantiveram trajetória de baixa na China na sessão de ontem, à medida que as siderúrgicas chinesas seguem se esforçando para reduzir os custos com matérias-primas. De acordo com a "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou 1,5%, ou US\$ 1,32, para US\$ 86,68 a tonelada. Com isso, a commodity reduziu o ganho acumulado em fevereiro a 1,57%. No ano, a valorização ainda é de 19,18%.

Crescimento da Energisa

O consumo de energia no mercado cativo e livre das distribuidoras da Energisa avançou 7% em janeiro ante o mesmo mês de 2018, para 3.047,6 gigawatts-hora (GWh). O desempenho foi o melhor para o mês desde 2013, segundo informou a companhia. No mercado cativo, foi registrado crescimento de 6,9% enquanto que no mercado livre, o avanço foi de 7,77%. Ao considerar o fornecimento não faturado, o volume foi de 3.044,4 GWh, o que significa aumento de 7,9% na mesma base de comparação.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Data:	22/02/2019
--------------	-------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	Fábio Pupo De Brasília
---------------	---------------------------------

Título:	Negócio entre Chevron e PetroRio avança no Cade
----------------	--

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu aprovar sem restrições a venda das participações da americana Chevron em dois campos de exploração de petróleo no Brasil para a PetroRio.

Os ativos vendidos são a participação de 51,74% no Campo de Frade, na Bacia de Campos; e a fatia de 50% do Bloco CE-M-715, na Bacia do Ceará. Eles são detidos atualmente pelas subsidiárias Chevron Brasil Upstream Frade e Chevron Frade.

Nos documentos entregues ao Cade, a PetroRio afirma que a operação representa "alinhamento com o modelo de negócios e a estratégia de aquisições da empresa, bem como sua contribuição para a diversificação de seu portfólio de ativos e de suas fontes de receita".

Já a Chevron disse que a operação está "em linha com a sua estratégia de redirecionamento de recursos e de investimentos para outros ativos de seu portfólio".

Na análise sobre o Caso, a Superintendência avaliou que a produção de petróleo conjunta das empresas correspondia a cerca de 1% do total nacional em 2017. Além disso, a estimativa conjunta na produção de gás natural era de aproximadamente 3,16%.

"Diante desses dados, particularmente pelas baixas participações das partes no cenário nacional, entende-se ser a operação proposta incapaz de alterar a estrutura dos mercados de produção e exploração de petróleo e gás natural no Brasil", afirma o documento assinado pelo superintendente-geral do órgão, Alexandre Cordeiro.

A aprovação da Superintendência é, em tese, final. Mas pode ser contestada em até 15 dias por um conselheiro. Nesse caso, a análise será decidida em colegiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: 'Nova' Suzano mira sinergias e já discute opções de crescimento

A Suzano S.A., constituída em janeiro a partir da fusão da Suzano Papel e Celulose e da Fibria, nasceu com números expressivos: receita líquida perto de R\$ 32 bilhões em 2018, R\$ 12,5 bilhões de geração operacional de caixa - quase o dobro do que teria sido registrado em 2017 -, resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 16,4 bilhões e produção de 11,5 milhões de toneladas de celulose e papel.

Os resultados pro forma, não auditados e divulgados ontem junto com os balanços das duas companhias no quarto trimestre, dão a dimensão do que é a "nova" Suzano, tanto do ponto de vista de relevância no mercado global quanto dos desafios que vêm junto com a escala. Neste momento, diz o presidente Walter Schalka, o foco está na unificação da cultura das duas empresas e captura de sinergias, que podem chegar a R\$ 15 bilhões conforme a previsão de analistas. Mas opções de crescimento já estão sendo discutidas.

"A partir do fechamento da transação, começamos a trabalhar em alocação de capital. Crescimento orgânico é uma das vertentes, mas não a única delas", disse Schalka ao **Valor**. A alavancagem atual de 3,2 vezes em reais, considerada a dívida líquida de R\$ 52,2 bilhões tomada principalmente para fazer frente à operação, e a política financeira da companhia, porém, impõem alguma cautela

neste momento, ponderou o executivo. No campo das sinergias, desde 14 de janeiro já há captura de ganho em determinadas áreas.

Há ainda outros temas que requerem atenção. A Suzano quer unir processos e sistemas ainda neste ano e promover a incorporação societária com vistas a operar com um único CNPJ. Do lado financeiro, a companhia captou US\$ 750 milhões no início deste ano com a emissão de bônus no mercado internacional e negocia a contratação de uma linha na modalidade "stand by", no valor de US\$ 500 milhões, com um grupo de bancos internacionais. "É importante para fins de manutenção de liquidez e para podermos reduzir a posição de caixa", explicou o diretor financeiro e de Relações com Investidores, Marcelo Bacci.

Considerando-se as operações já firmadas em 2019, a posição de caixa da Suzano neste momento é de R\$ 9,9 bilhões, considerada excessiva mas um reflexo das oportunidades que surgiram no mercado. Ao longo dos próximos meses, essa posição poderá ser usada para redução de dívidas mais caras e em algum momento cair a menos de R\$ 5 bilhões, o que corresponderia ao caixa estrutural da Suzano S.A..

Do lado operacional, o maior desafio da "nova" companhia neste momento é o mercado global de celulose e a gestão de seus estoques ao longo da cadeia - a Suzano sabe que grande parte da variação dos inventários globais no início deste ano corresponde a volumes que estão em suas mãos - em um momento de pressão de preços sobretudo na Ásia. Para evitar novas quedas de preço, e tentar reequilibrar o mercado, a companhia deve cortar em 50% os embarques para o mercado asiático ao longo deste primeiro trimestre, em relação ao volume apurado no quarto trimestre.

De acordo com o diretor de celulose da companhia, Carlos Aníbal, a combinação de embarques menores e retomada na demanda, com o retorno esperado das compras após o Ano Novo Lunar na China, deve fazer com que os estoques nos portos caiam e o mercado fique mais equilibrado. A Suzano já havia sinalizado que aumentaria a capacidade de armazenagem em suas fábricas e nos portos brasileiros, estratégia que deve ser colocada em marcha com a redução das vendas à Ásia. Não foi informado se essa medida resultará também em redução da produção de celulose no trimestre.

"Estamos confiantes nos fundamentos do mercado nos próximos anos. No curto prazo, vemos uma condição mais favorável, com paradas programadas e recuperação da demanda", afirmou Aníbal. Os próximos meses serão marcados

por paradas importantes em fábricas da própria Suzano e que eram da Fibria. "A perspectiva é muito positiva para os próximos anos. A demanda deve continuar crescendo entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de toneladas", acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: CSN vai aumentar preço do aço em até 15% em março

A Companhia Siderúrgica Nacional CSN vai aumentar o preço do aço de 10% a 15% a partir de 25 de março, anunciaram ontem diretores da empresa em teleconferência com analistas de mercado sobre o resultado do quarto trimestre. Conforme o diretor comercial da CSN, Luiz Martinez, existe hoje uma situação perfeita de oferta e demanda "para poder melhorar a rentabilidade do setor", diante do preço do minério e dos contextos do mercado doméstico e nos Estados Unidos.

"A capacidade de placas no mundo está ficando cada vez mais restrita", afirmou o executivo. Neste ano a CSN fará uma parada no alto-forno 3 por 60 dias, tal como a concorrente Gerdau.

A multinacional - com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia - definiu para este exercício meta de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R\$ 7 bilhões ante R\$ 5,8 bilhões em 2018. A meta considera uma alta no preço do minério de ferro. Há expectativa ainda de "arrecadar" R\$ 3 bilhões com venda de ativos, alienação de ações e pré-pagamento de contrato de longo prazo, como o recém-anunciado com a Glencore.

A venda da siderúrgica SWT, na Alemanha, está em negociação. "Existem propostas críveis, com financiamento assegurado já. Mas não temos prazo para conclusão e [mesmo] se vai acontecer", afirmou Martinez. Já a da unidade de siderurgia Lusosider, em Portugal, não é considerada mais para esse exercício, devido a mudanças naquele mercado.

Ao abrir a teleconferência, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, afirmou que a empresa mantém o compromisso de terminar o ano de 2019 com a alavancagem - medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda - abaixo de 3 vezes. Isso será possível, afirmou o presidente, pela combinação de eventual nova operação de pré-pagamento, venda de ativos e melhora de resultado operacional.

"Acreditamos que 2019 será melhor que 2018, a gente vai certamente poder entregar para o mercado esse compromisso que assumimos", disse Steinbruch.

A alavancagem da CSN em dezembro de 2018 caiu para 4,55 vezes, ante 5,66 vezes no fim de 2017 e 4,93 vezes no terceiro trimestre do ano passado. Com a conclusão das negociações para o fornecimento de minério de ferro para a Glencore, a CSN crê que a alavancagem pro forma vá para 4,1 vezes.

A operação com a Glencore envolve o pré-pagamento de US\$ 500 milhões pelo fornecimento de 22 milhões de toneladas por cinco anos. A Glencore terá dois embarques por mês nesse período e pagará a CSN a preço de mercado. No entanto, a Glencore abaterá US\$ 24 por tonelada do valor de embarques com o pré-pagamento.

A CSN teve lucro líquido no quarto trimestre de R\$ 1,7 bilhão, alta de 370% sobre o mesmo período de 2017 provocada pelo reconhecimento de créditos fiscais no período, após o julgamento sobre a inclusão do ICMS na base de cálculos do PIS e da Cofins. No ano, o lucro acumulado cresceu 47 vezes, para R\$ 5,2 bilhões.

Questionado sobre a situação das barragens da empresa, o diretor de mineração, Eneas Diniz, afirmou que a CSN desembolsou, nos últimos cinco anos, R\$ 600 milhões em medidas de segurança para cinco de suas sete barragens de rejeitos de minério de ferro. "As principais barragens contempladas são a de Casa de Pedra, as duas de Pires e a de Fernandinho. Nossa ideia é continuar nesse ritmo nos próximos quatro a cinco anos com orçamento por volta de R\$ 400 milhões", disse o executivo.

Até o fim do ano, a mina Casa Pedra trabalhará com rejeito 100% a seco, garantiu Steinbruch.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão, Stella Fontes e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Gerdau vira a chave e vai investir R\$ 7 bilhões

A Gerdau anunciou que vai investir R\$ 7,1 bilhões no triênio de 2019 a 2021. Ao detalhar o plano de investimentos, o presidente da siderúrgica, Gustavo Werneck, disse que os desembolsos para este ano estão estimados em R\$ 2,21 bilhões, subindo a R\$ 2,49 bilhões em 2020 e a R\$ 2,44 bilhões em 2021. O valor previsto para este ano embute importante alta em relação a 2018, quando os desembolsos ficaram em R\$ 1,2 bilhão.

Os aportes serão direcionados para manutenção geral, manutenção da usina de Ouro Branco (MG) e atualização tecnológica. Em junho, a Gerdau dará início à parada programada no alto-forno 1 da usina e, em 2020 e 2021, serão feitas reformas graduais. "A gente acredita que a parada está sendo feita no momento certo, à medida que a retomada do mercado interno ainda está acontecendo", afirmou Werneck.

Parte expressiva dos investimentos até 2021 será alocada nos Estados Unidos e no Canadá, com vistas a melhorar o desempenho e atualizar tecnologicamente as usinas de perfis estruturais. A adição de capacidade em laminados será da ordem de 530 mil toneladas. A empresa destinará R\$ 800 milhões para ampliar a produção de aços especiais em Pindamonhangaba (SP) e Monroe, EUA, e R\$ 380 milhões para elevar a produção de bobinas a quente no Brasil - mais 230 mil toneladas.

Ontem, Werneck informou também que a Gerdau investirá R\$ 300 milhões para desativação completa da barragem dos Alemães, em Ouro Preto (MG), e implantação de solução de empilhamento a seco dos rejeitos da extração de minério de ferro. Os recursos irão também para a busca de outras tecnologias de segurança para essa barragem, a maior da companhia. O minério extraído pela empresa supre os altos-fornos da usina de Ouro Branco.

"Estamos no momento de definição de tecnologia e equipamentos. Assim que essas questões forem definidas, vamos iniciar a solução de empilhamento a seco", disse Werneck, acrescentando que a barragem está estável e segue normas estaduais e federais. A grande parte da produção de aço da Gerdau é feita à base de sucata. "Apenas 15% do processamento de minério requer uso de barragem", acrescentou. A Gerdau tem uma barragem desativada desde 2011, totalmente seca, disse Werneck.

A Gerdau concluiu seu plano de desinvestimentos que somou mais de R\$ 7 bilhões em quatro anos. O programa e o melhor Ebitda em dez anos, de R\$ 6,7 bilhões, levaram à redução da alavancagem medida por dívida líquida sobre Ebitda de três vezes, no fim de 2017, para 1,7 vez em 31 de dezembro. A Gerdau tem como meta de alavancagem máxima, no longo prazo, entre uma vez e uma vez e meia. A dívida bruta máxima definida pelo conselho de administração é de R\$ 12 bilhões, ante R\$ 14,9 bilhões no fim de dezembro.

No quarto trimestre, a Gerdau obteve lucro líquido de R\$ 389,1 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 1,3 bilhão do mesmo período de 2017. A receita líquida cresceu 11%, para R\$ 10,9 bilhões, houve melhoras nas despesas com vendas, gerais e administrativas, alta de 2,4 vezes em outras receita operacionais, menores perdas em ativos mantidos para venda e a não incidência

de perdas pela não recuperabilidade de ativos, que em 2017 chegou a R\$ 1,1 bilhão.

A previsão para 2019 é de crescimento de 6% a 7% no mercado doméstico. Sobre preços do aço no país, o executivo ressaltou que, apesar de não comentar sua política, a forte alta internacional levou os prêmios de importação a zero ou até mesmo negativo. "É com esse prêmio que a Gerdau espera evoluir nos próximos meses, retornando a patamares históricos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Grupo Ultra inicia 2019 sob desafio da retomada

Depois de entregar resultados abaixo do esperado no quarto trimestre, o grupo Ultra iniciou 2019 com o desafio ampliado de mostrar que a recuperação que começou a se esboçar no ano passado é consistente. O tom da direção segue otimista e uma série de ajustes continua a ser feita nos negócios. Mas, num primeiro momento, os investidores ajustaram suas posições aos números mais fracos e as ações da Ultrapar encerraram o dia com baixa de 4,92%, negociadas a R\$ 52 cada na B3.

De outubro a dezembro, a receita líquida da companhia subiu 10% na comparação anual, para cerca de R\$ 23 bilhões, com melhora em todos os negócios. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado caiu 5%, para R\$ 933 milhões, pressionado pelo desempenho da Ipiranga, de distribuição de combustíveis, e da Extrafarma, rede de varejo farmacêutico. O lucro líquido subiu 27%, a R\$ 496 milhões, beneficiado pela melhora na linha financeira.

Analistas do Santander destacaram que os resultados ficaram aquém do esperado - o Ebitda ajustado foi 13% menor do que projetado pelo banco e 8% inferior ao do consenso. "Apesar de a Ipiranga ter apresentado melhora no volume de combustíveis, que subiu 4% na comparação anual, a margem Ebitda por metro cúbico de R\$ 93 foi inferior à nossa estimativa de R\$ 106 e à do consenso, de R\$ 96. Os demais negócios registraram números operacionais sem brilho, exceto Ultracargo", escreveram Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida.

Em conversa com analistas, o diretor financeiro e de Relações com Investidores André Pires disse que o grupo quer voltar a registrar, nos próximos anos, expansão do Ebitda equivalente ao que foi apurado até 2017. No acumulado de 2018, o Ebitda ajustado ficou em R\$ 3,07 bilhões, queda de 23%. "A Ultrapar entregou resultados sólidos, mas abaixo da expectativa", admitiu.

O executivo listou algumas iniciativas adotadas em 2018 para reverter essa trajetória, entre as quais a sucessão em grandes negócios, o fortalecimento de posições de diretoria e a redução dos investimentos, com maior disciplina na alocação de capital. Essas medidas levaram a um aumento de R\$ 1,1 bilhão na geração de caixa anual, "o que confirma a solidez financeira da companhia", destacou.

A Ultrapar viu ainda a alavancagem financeira recuar a 2,68 vezes em dezembro e a perspectiva é de continuidade dessa tendência, o que possibilitará ao grupo buscar oportunidades de expansão orgânica e via aquisição. De acordo com Pires, há "várias oportunidades" de crescimento inorgânico neste momento no país, decorrente da dinâmica mais liberal da economia. "Vamos ver um mercado muito mais dinâmico, com oportunidades para as empresas que tiverem capacidade de fazê-lo".

Para 2019, a Ultrapar espera melhora em todas as áreas, com "aumento importante" do Ebitda, puxado por Ipiranga e recuperação da Extrafarma. No primeiro trimestre, comentou o diretor, o ambiente operacional para a rede de distribuição de combustíveis está mais equilibrado, com redução dos custos dos combustíveis e consequente melhora da demanda.

"As vendas estão acima do esperado para o diesel. Assim, devemos ter crescimento ante o primeiro trimestre de 2018 e melhora sequencial na rentabilidade ajustada pela sazonalidade", disse. Para 2019, a expectativa é a de que as vendas em volume da Ipiranga cresçam acima do Produto Interno Bruto (PIB), com recuperação significativa do resultado operacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/02/2019

Seção: Economia

Autor: Ricardo Leopoldo CORRESPONDENTE / NOVA YORK

Título: Vale enfrenta 3ª ação coletiva nos EUA

A Vale vai enfrentar uma terceira ação coletiva nos Estados Unidos relacionada à tragédia de Brumadinho. A nova ação foi protocolada na Corte Distrital Sul de

Nova York e cita, além da companhia, os executivos Fabio Schvartsman (atual presidente da Vale), Murilo Ferreira (seu antecessor) e Luciano Siani Pires (diretor financeiro). O processo foi movido por dois escritórios especializados neste tipo de processo: Pomerantz LLC e Bronstein, Gewirtz & Grossman.

O Pomerantz coordenou ação coletiva contra a Petrobrás, depois dos casos de corrupção apurados pela Operação Lava Jato. A companhia firmou acordo para pagar US\$ 2,95 bilhões em indenizações. A nova ação contra a Vale trata da aquisição de títulos da companhia, os ADRs, de 11 de abril de 2017 e 28 de janeiro de 2019.

O processo demanda ressarcimento de perdas relacionadas à companhia, sobretudo a partir da tragédia de Brumadinho, com a alegação de que não atendeu leis sobre a prestação de informações a investidores. Procurados, os escritórios de advocacia do caso não se manifestaram. A Vale disse não ter sido citada e frisou que se defenderá no momento oportuno.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Procuradoria tentou prender diretor da Vale

Justiça, no entanto, barrou pedido, o primeiro contra um executivo de alto escalão em razão da tragédia de Brumadinho

O Ministério Público Federal tentou prender o diretor de Ferrosos e Carvão da Vale, Peter Poppinga, alegando risco à ordem pública e de fuga do Brasil após o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), em 25 de janeiro.

Foi a primeira ação contra um executivo do alto escalão da empresa após a tragédia, que contabiliza até o momento 171 mortos e 139 desaparecidos. O pedido foi negado, e a Procuradoria está recorrendo.

Em outra frente, o Ministério Público Federal vem sofrendo reveses na ação penal referente ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), que deixou 19 mortos em 2015.

Dos 22 denunciados por homicídio, lesões corporais e inundação, 2 conseguiram se livrar de acusações e 6 entraram com pedidos semelhantes.

Poppinga é um dos denunciados no caso de Mariana, como representante da Vale no conselho da Samarco — cujo controle a mineradora brasileira divide com a BHP. Na época, ele já era diretor de Ferrosos e Carvão da Vale.

O pedido de prisão preventiva foi feito no dia 1º deste mês, mas estava sob sigilo. Em sua negativa, o juiz Eduardo Henrique Lauer Filho disse que as razões do rompimento ainda são desconhecidas e o princípio de presunção de inocência deve ser preservado.

Para a força-tarefa de Mariana, a liberdade de Poppinga “tem o potencial de permitir estratégias empresariais nocivas à sociedade brasileira e ao ambiente”. A Promotoria sustenta que o executivo teve acesso a alertas sobre o risco de rompimento da barragem de Fundão.

Ainda assim, o conselho teria determinado à direção da Samarco focar a redução de custos e pagar dividendos aos acionistas. No total, o colegiado aprovou a distribuição de R\$ 2,8 bilhões em 2015.

Para a força-tarefa, “Poppinga e outros réus se omitiram consciente e voluntariamente diante de riscos proibidos, insistindo na operação da barragem em ritmo acelerado, bem como na redução de custos”, acusa a força-tarefa.

No pedido de prisão preventiva, os procuradores alegam que Poppinga tem nacionalidade alemã e poderia fugir do país. Eles pediram ainda que a Justiça determinasse seu afastamento da Vale e o proibisse de deixar o Brasil, o que também foi negado.

Em nota, a Vale disse considerar “absolutamente acertada” a decisão de negar a prisão e que “tem convicção de que seus empregados não agiram com dolo”.

“Como registrado na decisão [do juiz Lauer Filho], do dia 6 de fevereiro, são medidas absolutamente desnecessárias e infundadas”, diz a empresa, afirmando que contribui com as investigações e tem apresentado todas as informações solicitadas pelas autoridades.

Até o momento, 11 empregados da mineradora foram presos pelo desastre de Brumadinho — 3 já foram soltos. Nenhum no nível de diretoria.

No caso de Mariana, a força-tarefa do Ministério Público Federal denunciou toda a cúpula da Samarco e executivos das empresas controladoras que participavam da gestão da empresa na época do rompimento da barragem.

O ex-conselheiro da Samarco José Carlos Martins, um dos denunciados, conseguiu se livrar de todas as acusações em segunda instância, alegando que não estava mais na empresa quando o acidente ocorreu.

Outro, André Ferreira Gavinho Cardoso, que representava a BHP em órgãos de governança da Samarco, excluiu as acusações de homicídio triplamente

qualificado e lesões corporais graves, mantendo apenas a de inundação qualificada com mortes.

Após a decisão favorável a Gavinho, outros seis representantes da Vale, incluindo Poppinga, entraram com pedido de habeas corpus. Eles alegam que o crime de homicídio exige demonstração de ação ou omissão dirigida a atingir determinada vítima.

Em parecer de dezembro, o procurador regional da República Paulo Queiroz pediu que a justiça não aceite os pedidos. Ele acrescentou que, caso seja concedido, limite-se aos crimes de homicídio e lesões corporais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: A difícil crise da Venezuela

A visão do Brasil é que a tensão está na divisa entre Colômbia e Venezuela. E a decisão tomada é de, em hipótese alguma, o Brasil cruzar a fronteira, segundo disse um integrante do governo. O anúncio da Venezuela de fechar a fronteira com o Brasil coloca o país numa situação rara na história das relações com os vizinhos. De um lado, o presidente Nicolás Maduro, cercado de militares, anunciou o fechamento da fronteira, de outro, o porta-voz da Presidência brasileira, Otávio Rêgo Barros, confirmou que os alimentos e remédios serão enviados o mais próximo da Venezuela, à espera de que caminhoneiros venham buscar. Mesmo que eles consigam atravessar, certamente enfrentarão violência do lado de lá. O nosso ponto fraco, como se sabe, é a dependência de Roraima da energia da hidrelétrica de Guri.

Das várias coisas estranhas desta crise, uma é o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente da Venezuela, que de fato ele não é.

— O ato de reconhecimento pressupõe controle do território, controle do poder real. Esse é o primeiro requisito do reconhecimento. E Guaidó não tem isso. O que se esperava nessa ação de vários países era criar uma situação que favorecesse a queda de Maduro, mas isso foi há quase um mês, ele permanece controlando o país, e tudo o que se espera é uma cisão nas Forças Armadas — diz o embaixador Rubens Ricupero.

Em 2018, houve um impedimento por decisão judicial de entrada de venezuelanos, mas o bloqueio logo foi suspenso. Fechamento com tropas da divisa do Brasil não ocorre há muito tempo.

— Fui chefe da divisão de fronteiras, e nos últimos 50 anos não me lembro de um fechamento como esse. O temor de Maduro é de que haja uma invasão militar do país, não pelo lado brasileiro, mas pelo lado da Colômbia, que tem uma fronteira muito mais povoada e muito mais porosa. A presença do vice-presidente americano na Colômbia neste fim de semana aumenta essa tensão — afirmou Ricupero.

Maduro convocou as milícias bolivarianas e os coletivos, grupos armados, sem disciplina militar, e instalados em áreas de alta criminalidade, a ficarem de prontidão. A suspeita é de que eles estejam se preparando para atacar e saquear os caminhões caso eles entrem em solo venezuelano. Já que Guaidó tem voluntários, mas não o poder da força.

A Venezuela sangra há tanto tempo que desafia qualquer previsão sobre a evolução dos acontecimentos. O governo provocou o encolhimento do PIB em 50% em cinco anos — a última vez que o país cresceu foi em 2013 — e a explosão de uma hiperinflação de um milhão e 700 mil por cento. Em qualquer país, esse governo já teria caído. É intolerável o sofrimento continuado que o chavismo tem imposto aos venezuelanos, como resultado dos seus erros na economia e seu sistemático ataque às instituições democráticas.

A dificuldade é saber qual é a melhor forma de influenciar positivamente a evolução política do país. No meio desse esforço internacional, no qual o Brasil se envolveu, há uma disputa entre Estados Unidos e Rússia, com a China acompanhando a uma certa distância. A Venezuela por sua vez tem Forças Armadas muito bem equipadas.

As relações comerciais entre Brasil e Venezuela já encolheram muito desde o fim do governo petista, que estimulava o comércio e as relações econômicas, concedendo empréstimos através do BNDES. Apesar disso o Brasil ainda depende da energia de Guri para manter o suprimento em Roraima. Em 2017, a Eletronorte gastou R\$ 134 milhões comprando energia para atender dois terços da demanda do estado.

A Venezuela não é um governo de esquerda, como supõe uma parte da esquerda brasileira. É uma ditadura, que persegue qualquer líder que surja na oposição, que promoveu um ataque sistemático à imprensa independente, que saqueou os recursos do país para se manter no poder e comprar o apoio dos militares. Com a crise econômica, o governo chavista empobreceu os pobres que havia prometido empoderar no começo desses 20 anos em que está no poder.

No governo de direita no Brasil há outro perigo. Se deixado apenas com o Itamaraty de Ernesto Araújo, de ideologia delirante, podem ser tomadas

decisões que ponham o Brasil em risco. Faz bem o governo de mandar o vice-presidente, Hamilton Mourão, junto com o chanceler para Bogotá. Todo o cuidado é pouco neste momento de tensão extrema.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Sempre se dá um jeitinho

Lauro Cotta, indicado para ocupar a diretoria executiva de Estratégia da Petrobras, terminou recusando o cargo "por motivos particulares". Na verdade, o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão da estatal tinha feito recomendações para que ele se desligasse de outras empresas. No fim, Lauro, que tem grande experiência no setor, foi escolhido como consultor do presidente Roberto Castello Branco.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2019

Seção: O País

Autor: PATRIK CAMPOREZ /BRASÍLIA

Título: Lama de Brumadinho ameaça Rio São Francisco

Rejeitos de rompimento de barragem da Vale já percorreram 147 quilômetros; em audiência na Câmara, ministro do Desenvolvimento Regional diz que possibilidade de contaminação do rio "é uma preocupação muito grande"

A onda de lama de rejeitos da barragem da Vale que rompeu em Brumadinho (MG) percorreu até agora 147 quilômetros do leito do Rio Paraopeba em direção ao Rio São Francisco, segundo relatório divulgado ontem pela Agência Nacional de Águas (ANA). A preocupação do Ministério do Desenvolvimento Regional é que as chuvas acelerem a chegada da pluma de lama à represa de Retiro Baixo, e que os rejeitos contaminem o São Francisco, que fica a mais 153 quilômetros de distância.

Em audiência na Câmara dos Deputados na manhã de ontem, o ministro Gustavo Canuto disse a parlamentares que "é uma preocupação muito grande a possibilidade de contaminação do São Francisco". No entanto, para minimizar essa possibilidade, Canuto afirmou que os operadores da represa de Retiro Baixo foram orientados a esvaziar o reservatório para que a lama seja contida assim que chegar à represa.

Segundo o ministro, está sendo preparada uma operação especial para quando a lama chegar a Retiro Baixo.

—O reservatório é grande. Quando a pluma chegar, será reduzida sua concentração.

Claro que cada vez que chove a situação complica e essas estimativas ficam mais difíceis. A nossa preocupação é com as chuvas, mas ações estão sendo empreendidas para segurar essa pluma de rejeitos. Até chegar em Retiro Baixo, ainda tem muito o que a pluma andar. A pluma está se sedimentando ao longo do canal.

BARREIRA EM TRÊS MARIAS

O ministro explicou que, mesmo com a barragem tecnicamente fechada para impedir a passagem da lama, o operador é obrigado por lei a deixar uma abertura de 28 metros cúbicos de água (por segundo), vazão que o ministro chama de "um fio d'água" —A gente não pode simplesmente barrar a água, porque é um rio a jusante e existe uma vazão ambiental necessária mínima que precisa ser respeitada para você não comprometer todos os cidadãos e comunidades abaixo —disse. — Foi acordado deixar o reservatório com sua cota mínima. Quando a pluma chegar, a gente faz com que a vazão de Retiro Baixo seja ambiental, que é a menor possível. Um fio d'água, que é o que a norma ambiental exige, para que aquele reservatório vá enchendo lentamente, de forma vagarosa para que esse sedimento fique lá e não siga sem caminho para Três Marias.

O ministro diz que a prioridade é evitar "a todo custo" que a pluma de lama caminhe e chegue a Três Marias. No entanto, caso a lama passe, o ministro acredita que será retida pela segunda barragem e não chegará ao São Francisco.

—Pelo volume de Três Marias, o que chegar de lama, se chegar, vai ser diluído e não atravessará a barragem para o Rio São Francisco.

Mas o ministro ressalta, no entanto, que esta é apenas uma estimativa.

—Ressalvo que depende do regime de chuvas, do quanto a barragem de Retiro Baixo vai ser eficaz. É uma preocupação diária da ANA com a contaminação do São Francisco, porque o São Francisco é importantíssimo para o Nordeste e toda a região.

O governo também pode alterar a operação da usina hidrelétrica de Três Marias, que fica logo depois de Retiro Baixo, para garantir que os rejeitos da barragem da Vale não cheguem ao Rio São Francisco.

—Caso chegue a Três Marias e a diluição dos rejeitos não seja, como a gente espera, muito reduzida, a operação de Três Marias pode sim ser alterada para garantir que o rejeito não chegue ao rio São Francisco —afirmou o ministro.

Canuto participou ontem da reunião da comissão externa da Câmara dos Deputados de monitoramento do desastre. A barragem de rejeito de minérios se rompeu no fim de janeiro deixando um mar de lama e destruição na cidade mineira. Até a última quarta-feira (20), foram confirmadas 171 mortes e 141 pessoas estão desaparecidas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2019

Seção: Mundo

Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO, ANDRÉ DE SOUZA E KARLA GAMBA

Título: Guerra da ajuda

Maduro ordena fechamento de fronteira, e Brasil prepara operação

RIO E BRASÍLIA- O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ordenou ontem o fechamento da fronteira com o Brasil a partir das 21h (horário do Brasil), dois dias antes da data marcada pela oposição para a entrada da ajuda internacional no país. O governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), em visita a Brasília, chegou a dizer que a fronteira fora fechada por volta das 15h. Pessoas na região, no entanto, confirmaram que ela continuava aberta durante a tarde.

Em Brasília, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, afirmou que o planejamento para a entrega de ajuda permanece o mesmo, aguardando a vinda de caminhões venezuelanos para sua distribuição. Um avião cargueiro saindo de Porto Alegre, com escala em Brasília, levaria 22,8 toneladas de leite em pó e 500 kits de primeiros socorros até Boa Vista.

— Decidi que, a partir das 20h (21h de Brasília) deste 21 de fevereiro, fica fechada total e completamente, até novo aviso, a fronteira terrestre com o Brasil — afirmou Maduro em uma reunião com o alto comando militar em Forte Tiuna, quartel de Caracas que serve como sede do Ministério da Defesa venezuelano. — Quero que seja uma fronteira dinâmica e aberta, mas sem provocações. Porém, sou obrigado a garantir a paz. Mais vale prevenir que lamentar.

A tensão política na Venezuela começa a se concentrar nas fronteiras do país, onde os líderes da oposição prometem receber a partir de hoje os primeiros carregamentos de ajuda internacional solicitados pelo presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, que se proclamou presidente interino do país e foi reconhecido por 50 países.

Em uma operação coordenada com os governos de Estados Unidos, Brasil e Colômbia, a previsão dos opositores é que a ajuda entrará através das fronteiras com os dois vizinhos sul-americanos e com a ilha de Curaçao, no Caribe, apesar da objeção do Palácio de Miraflores.

Ainda não está claro como acontecerá a prometida entrega de suprimentos necessários à população venezuelana. Dezenas de toneladas de suprimentos enviados pelos Estados Unidos já estão em Cúcuta, que será o principal ponto da operação.

Maduro disse ainda que avalia fechar a fronteira com a Colômbia. No discurso, não poupou críticas ao presidente colombiano, Iván Duque.

— Responsabilizarei Iván Duque por qualquer tipo de violência que aconteça na fronteira — afirmou o presidente venezuelano.

— Ele ligou para (o presidente americano, Donald) Trump e disse que os militares colombianos se negam a tomar parte numa agressão a nosso país.

SEM MILITARES BRASILEIROS

O presidente também alertou que os artistas que se apresentarão hoje na cidade fronteiriça colombiana de Cúcuta — no chamado “Live Aid venezuelano” — devem ter em mente que estarão “cometendo um delito” por darem seu aval a uma agressão internacional à Venezuela. O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, informou ontem que comparecerá ao concerto, e que amanhã irá a Roraima supervisionar a partida dos caminhões.

Na noite de quarta-feira, Maduro já começará a mobilizar tropas e veículos militares na fronteira entre seu país e o Brasil, reagindo ao inesperado anúncio de participação brasileira na entrega da ajuda.

Maria Teresa Belandria, designada embaixadora da Venezuela no Brasil por Guaidó, afirmou ontem à AFP que a entrega de ajuda humanitária ao país “segue em frente”, apesar do fechamento da fronteira anunciado por Maduro.

— A operação continua. Não há como voltar atrás — disse Belandria, pouco depois de Maduro fazer o anúncio.

De manhã, Belandria havia informado, em nota divulgada por sua equipe, que o contingente deveria partir no sábado do Brasil levando cem toneladas de ajuda, composta por alimentos, remédios e kits de emergência. De acordo com a equipe, a carga deve partir de Boa Vista, capital de Roraima, em direção a Pacaraima, cidade brasileira que faz fronteira com a Venezuela.

“Tanto os caminhões quanto os motoristas envolvidos na transferência de ajuda humanitária serão venezuelanos, e as autoridades brasileiras estarão no controle total da operação”, disse a nota de Belandria.

MOURÃO: “POUCA TROPA”

Conforme informou o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) na última terça-feira, militares brasileiros não participarão da operação. A ideia é que caminhões dirigidos por venezuelanos entrem no Brasil pela cidade de Pacaraima para levar a ajuda à Venezuela. Questionado se o governo teme algum tipo de conflito na fronteira, o porta-voz Rêgo Barros disse que o governo brasileiro não identifica, nesse momento, possibilidade de fricção militar na região.

— O ponto focal é a ajuda humanitária — informou o porta-voz, destacando que o vice-presidente, general Hamilton Mourão, representará o Brasil no encontro do Grupo de Lima, em Bogotá, na segunda-feira, e será acompanhado por Araújo.

Mourão, por sua vez, minimizou o movimento de tropas do lado venezuelano.

— O que a Venezuela tem lá é muito pouca gente. Eles têm um esquadrão de cavalaria motorizada, reforçaram com cinco blindados, e um pelotão da Guarda Nacional. É muito pouca tropa — disse ele.

FORNECIMENTO EM PERIGO

O governador Denarium demonstrou preocupação com o fornecimento de alguns produtos em Roraima se a fronteira ficar fechada. É o caso de combustíveis e fertilizantes vindos do país vizinho. Outro temor é que também haja suspensão da transmissão de energia elétrica produzida na usina hidrelétrica venezuelana de Guri. Se isso ocorrer, não haverá alternativa a não ser racionar eletricidade no estado.

— Somos importadores de fertilizantes, de calcário da Venezuela, o que pode atrapalhar também o abastecimento de calcário para a nossa próxima safra e nosso próximo plantio. E também Roraima é um exportador de alimentos para a Venezuela. Estamos torcendo para que a Venezuela e o Brasil encontrem um caminho harmônico — disse o governador, em Brasília.

Roraima é hoje o único estado brasileiro não interligado ao sistema nacional de energia, sendo dependente da Venezuela nesse ponto. Outra parte da eletricidade local vem de termelétricas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 22/02/2019****Seção: Negócios****Autor: Jaqueline Mendes****Título: Alta do GNV ameaça setor de conversão veicular**

Pode perguntar para qualquer taxista ou motorista de aplicativo.

Historicamente, a instalação do kit GNV é sinônimo de economia na hora de encher o tanque — um ótimo negócio para quem ganha a vida no trânsito. Mas essa vantagem não existe mais. Desde o reajuste de 40,1% anunciado pelo governador paulista João Doria Júnior, e que pode motivar outros estados a seguirem o mesmo caminho, o setor vive um clima fúnebre. O payback, ou seja, o retorno do investimento na instalação do kit, que antes variava entre sete meses a um ano para quem roda de 150 a 300 quilômetros por dia, agora deve levar mais de dois anos. Com isso, as mais de 7,3 mil oficinas credenciadas pelo Inmetro em todo o país correm o risco de ficarem em apuros. “Não tenho dúvidas de que mais da metade desses estabelecimentos vai fechar ainda neste ano”, disse o economista Paulo Macedo, especialista em finanças pessoais e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). “Com o preço que está o gás veicular nos postos de São Paulo e do Rio de Janeiro, os principais mercados consumidores do país, a vantagem sobre o etanol e a gasolina é mínima”, acrescentou Macedo. Na capital paulista, o preço no m³, antes encontrado em muitos postos por R\$ 1,98, passa de R\$ 3,10.

O custo de aquisição de um kit e a conversão do veículo pode variar conforme a oficina. No entanto, a média de preços R\$ 3.990 — valor pode ser financiado em todas instaladoras. Antes, o investimento era amortizado pela economia mensal. Em um cálculo simples, quem roda aproximadamente 2 mil quilômetros por mês, por exemplo, poderia recuperar o valor em um ano e usufruir integralmente da economia nos anos seguintes. “O problema desses reajustes é que o preço do gás tem impacto direto no orçamento mensal de profissionais que já estão com as margens de lucro espremidas ou próximas a zero, como motoristas de táxi e de aplicativos”, completa o economista.

É inegável que o novo preço do gás reduz o apelo financeiro do combustível. Antes, o principal atrativo proporcionado a quem usa o GNV era economia de até 53% na comparação com a gasolina e de 50% frente ao etanol. O custo médio do quilômetro rodado com GNV, antes da alta, era de R\$ 0,16, enquanto com etanol é de R\$ 0,32 e de R\$ 0,35 com a gasolina, de acordo com uma média dos preços registrados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em São Paulo, o custo do quilômetro com GNV passou para R\$ 0,28, em média.

Os novos preços do gás também atingem empresas e consumidores residenciais. Os reajustes oscilam entre 9,63%, para a faixa mais baixa de consumo, até 17,93%, no caso de quem possui um perfil de gasto mais alto. Os clientes comerciais tiveram reajustes entre 12%, entre os que têm menor consumo, até o limite de 25%. As indústrias também vão pagar entre 24,1% e 37,6% mais caro pelo gás, aumentando os custos de produção e pressionando as margens de lucro. Em comunicado, a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), concessionária de distribuição de gás natural, alegou que a alta de 40,1% no GNV é uma “atualização do custo do gás natural, que reflete variações de preço do petróleo e da taxa de câmbio, e não impacta as margens da companhia, que permanecem inalteradas.” O aumento, com esse argumento, foi endossado e autorizado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp).

O aumento do gás e os impactos nefastos sobre o setor ainda não foram, ao que tudo indica, bem digeridos pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Procurado pela reportagem, o presidente da entidade, Augusto Salomon, informou por meio de sua assessoria que não poderia comentar, porque estava em viagem. O outro porta-voz da entidade, Marcelo Mendonça, informou que está em férias. A entidade também se esquivou de questões que envolvem os impactos dos reajustes sobre o setor.

Os problemas no setor de GNV, de fato, chegam em um momento em que o cenário se mostrava positivo para o mercado. Recentemente, a Uber assinou acordo com a filial brasileira da italiana Landi Renzo, uma das maiores fabricantes de kits GNV do mundo, para oferecer conversão de veículos para gás natural veicular, em estratégia para redução de custos dos motoristas parceiros da companhia. Embora não existam números sobre esse setor, a Landi Renzo afirma ser líder mundial no setor de componentes GNV e sistemas de combustível. A parceria com a Uber vale para todos os motoristas do aplicativo e oferece uma linha especial de financiamento para a aquisição e instalação de sistemas Landi Renzo. “Esta oferta também responde a um desejo dos próprios motoristas para conversão de seus veículos”, afirmaram as empresas, em comunicado conjunto. Mas, com o GNV custando mais de R\$ 3, talvez não seja mais tão desejado assim.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/02/2019

Seção: Negócios

Autor:

Título: Estados buscam incentivar uso do gás

Se na ponta do lápis o GNV está menos atrativo nos postos de combustíveis, sob a ótica ambiental e tributária continua sendo uma boa opção. Vários estados adotam políticas específicas de incentivo ao gás. No Rio de Janeiro, por exemplo, o desconto no tributo chega a 62,5%. De acordo com a Secretaria de Fazenda, não se trata de um desconto para o motorista. O que existe é uma alíquota menor de cálculo do valor do IPVA (de 1,5%, para carros com GNV, e de 4% para aqueles que são movidos a gasolina ou etanol, assim como os flex). Para conseguir o benefício, o proprietário do veículo precisa atender algumas exigências dos órgãos de trânsito do estado. O procedimento básico, geralmente, inclui a vistoria do kit gás instalado no automóvel.

Na questão ambiental, o GNV é uma das melhores alternativas — perdendo apenas para o elétrico. Tanto é que a montadora alemã Audi acabou de apresentar o Audi A5 G-Tron na Europa, movido a gás e original de fábrica. Segundo Johannes Roscheck, presidente da Audi no Brasil, o modelo não virá para cá no curto prazo e que, por enquanto, apesar dos benefícios para o meio ambiente, as apostas continuam sendo os motores híbridos e flex.

Extraído por meio de poços e instalações de tratamento de pequeno porte, o GNV é transportado via gasodutos ou navios metaneiros, bem menos poluente do que os processos de refino e o transporte rodoviário da gasolina. O gás ainda lança menos resíduos no ar do que a queima de combustível fóssil, o que reduz as emissões de CO₂ na atmosfera. “Além da questão ambiental, o GNV tem um impacto social, pois a economia gerada com esse combustível pode ser usada para investimento em educação, lazer e turismo. Neste momento, a tendência é de crescimento da oferta de gás, o que significa que teremos abundância do combustível, pressionando os preços para baixo. Como o último trimestre do ano costuma concentrar mais conversões, justamente por causa do incentivo no IPVA, a expectativa é de que o número de carros a gás cresça ainda mais”, afirma Celso Mattos, presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Rio de Janeiro (Sindirepa-RJ).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Helena Mader/Mariana Machado

Título: CEB e Caesb na mira da privatização

O governador Ibaneis Rocha (MDB) avalia privatizar empresas públicas do Distrito Federal, como a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb). O chefe do Executivo local comentou ontem, pela primeira vez, a possibilidade de desestatizar entidades de direito

privado administradas pelo GDF. A privatização do Banco de Brasília (BRB), entretanto, está descartada. CEB e Caesb têm, no total, débitos que superam R\$ 2,5 bilhões. Especialistas em gestão pública defendem a medida, que deve enfrentar dura resistência dos trabalhadores. Para sair do papel, a desestatização tem que ser aprovada pela Câmara Legislativa.

Ibaneis disse que a administração tentará manter as duas companhias sob o comando do GDF, mas, se houver complicações nas finanças, elas serão privatizadas. “Temos encontrado uma dificuldade muito grande dentro dessas empresas. No caso da CEB, os valores de débito superam R\$ 1 bilhão”, explicou o governador. “A responsabilidade com a empresa é muito grande, todos os estudos estão sendo feitos, todas as maneiras para manter a empresa funcionando estão sendo realizadas”, assegurou Ibaneis. “Mas, infelizmente, a cultura que se instalou no DF foi de um consumo interno das empresas pelas suas forças. Temos servidores que ganham muito, que se aposentam e continuam trabalhando nelas; então, temos aquelas que se consomem internamente.”

Segundo o governador, uma saída pode ser dividir a gestão com o setor privado. “A ideia sempre foi de partilhar a administração com a iniciativa privada. Podemos vender parte das ações, recapitalizar a empresa e entregar a administração de forma profissionalizada para quem entende do mercado, mantendo a presença do governo para fazer as ações que são verdadeiramente de Estado”, explicou o chefe do Palácio do Buriti.

No caso da Caesb, Ibaneis afirma que os débitos contabilizados superam R\$ 1,5 bilhão. CEB e Caesb são as companhias mais críticas, mas todas teriam problemas, de acordo com o governador. “Não existe nenhuma empresa superavitária no Distrito Federal”, disse o governador.

Desempenho

O especialista em gestão pública e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira defende a privatização das companhias de energia e de saneamento do DF. “São iniciativas muito oportunas. A qualidade na oferta dos serviços públicos vem caindo de maneira gradativa. Diante de um cenário de crise fiscal instalada na maioria dos estados, esse é o caminho certo”, avaliou. “Mas é fundamental que o governo tenha capacidade de acompanhar de perto o desempenho dessas empresas que, eventualmente, forem vendidas. São duas áreas sensíveis, que estão com desempenho abaixo da média e com

endividamento muito alto”, alertou Matias-Pereira.

Ele lembrou ainda que, em muitas unidades da Federação, estatais viram moeda de troca em negociações políticas, deixando de lado critérios técnicos. “Elas, muitas vezes, servem para atender interesses político-partidários, um caminho que contribui para o fracasso das empresas. Entendo que o papel do Estado não é ofertar energia elétrica ou água; certamente, isso pode ser desempenhado pela iniciativa privada”, finalizou José Matias-Pereira. Em Goiás, o governo vendeu, em 2016, a Companhia Energética do estado (Celg) para a italiana Enel. A companhia goiana foi privatizada por R\$ 2,1 bilhões.

Resistência

Entre os trabalhadores das empresas públicas, as declarações de Ibaneis Rocha causaram apreensão. Igor Aguiar, diretor do Sindágua, entidade que representa os trabalhadores da Caesb, defende o controle do Estado. “A gente espera que o governador não leve esses planos adiante. Em muitas cidades onde houve a privatização do saneamento, isso está sendo revertido”, comentou Igor. “O setor privado só quer atuar onde consegue ter muito lucro. As empresas vão descartar investimentos importantes, mas que são indispensáveis para a sociedade, como a universalização da oferta de água e de coleta de esgoto”, afirmou. Hoje, a Caesb atende 99% das residências do DF com abastecimento de água e mais de 80% com coleta de esgoto — os melhores índices do país.

A Caesb tem pouco mais de 2 mil empregados. No ano passado, lançou um plano de demissão voluntária (PDV) para reduzir o quadro de pessoal em quase 400 pessoas, com perspectiva de economia de R\$ 400 milhões nos próximos anos.

José Edmilson da Silva, diretor do Sindicato dos Urbanitários, afirma que o anúncio é “uma decepção” para os trabalhadores da CEB. “Tecnicamente, a empresa esteve muito ruim no fim dos anos 2000, mas os trabalhadores se empenharam muito e conseguiram uma recuperação”, explicou. Segundo ele, boa parte do déficit tem como causas investimentos equivocados na geração de energia. “Isso levou um caos na área de distribuição”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 22/02/2019**Seção:** Cidades**Autor:** Severino Francisco**Título:** A lama do esquecimento

Crônica da Cidade

No Brasil, em vez de aprendermos com os erros, os desastres provocados pela irresponsabilidade pública se repetem em série e soterram a tragédia anterior. A avalanche de lama tóxica de Brumadinho e seu rastro de destruição e morte precisam ser apurados, mas não podemos nos esquecer das vítimas de Mariana. Em 2015, o mar de lama liberado pela represa do Fundão se espalhou por 650 km entre Minas e Espírito Santo, deixando 19 mortos e 300 famílias desalojadas.

Nada foi resolvido na reparação às vítimas ou ao meio ambiente no maior desastre ambiental ocorrido no país. Ao todo, 22 pessoas e quatro empresas respondem na Justiça. Todavia, no abominável ritmo brasileiro de empurrar os problemas com a barriga. Precisam brigar contra toda a letargia paquidérmica da burocracia para receber as indenizações a quem têm direito. Vivem no desespero.

As tragédias podem e devem ser evitadas. Mas, no caso de ocorrerem, mesmo com todos os cuidados, as sanções precisariam atingir os responsáveis de maneira mais rápida. Ora, já que se mudam com tanta facilidade as leis para surrupiar os direitos dos cidadãos, por que o nosso Congresso não estabelece novos parâmetros para nortear a exploração mineral no país?

Quando estoura a tragédia há uma comoção midiática, no entanto, lentamente ela se dilui e nada de essencial é feito para sanar o problema na raiz. Pelo contrário: depois de Mariana, as leis foram afrouxadas e a fiscalização desmobilizada.

Documentos internos da Vale mostraram que a empresa tinha plena ciência dos graves riscos de rompimento da represa de Brumadinho. É inaceitável que a empresa imagine resolver toda a tragédia com um “gabinete de crise”.

Como sugeriu a procuradora da República Raquel Dodge, em caso de desastres humanos e ambientais, as empresas envolvidas nos empreendimentos deveriam assumir o dever moral de ressarcir, imediatamente, às pessoas

atingidas, sem a necessidade de passar por um processo judicial interminável.

E, no qual, as grandes corporações bilionárias travam uma luta desigual com cidadãos brasileiros desvalidos, pagando, regamente, aos melhores advogados, instruídos em trapagens para adiar, indefinidamente, o processo e levar as vítimas até a linha do desespero. O tema pode parecer muito árido. E é. No entanto, é preciso defender a vida, pois todos nós estamos na mira de bombas de água, de lama tóxica e radioativa.

Escrevi essa coluna por sugestão de um leitor ilustrado e atilado desta coluna. Ele me enviou mensagem na qual reclama da desatenção da mídia às vítimas de Mariana, depois do desastre de Brumadinho: “Acho absolutamente cabíveis os atuais cuidados dispensados ao segundo caso propiciado pela Vale, em curto interregno, mas me causa estranheza que do primeiro (Mariana), fautor de não menor painel de desgraças, raramente se possa ler alguma coisa na mídia nacional, atualmente”.

E, continua: “É caso solucionado de forma inteiramente satisfatória, para os que tiveram suas vidas destruídas de forma irrecuperável, por culpa da mineradora, ou o assunto jaz na funda vala do esquecimento, como costuma ocorrer com acontecimentos em que as perdas ficam com os sem-vez e sem-voz?”

MME / ASCOM .